



ROÇA CAIÇARA

Agroecologia e Água - Litoral Norte



Agroecologia nas eleições¹

Kenia Cristina Barbosa Silva e Máira Formis de Oliveira

Como as representações políticas podem contribuir com a Agroecologia?

É função do Estado democrático o fortalecimento dos espaços de participação cidadã e da expressão pública das organizações e movimentos sociais. Para a agroecologia, o apoio das representantes, em todas as esferas de governo, é fundamental à construção de novos valores de convivência social e ecológica.

Neste sentido, a Articulação Nacional de Agroecologia - ANA elaborou uma carta compromisso para adesão dos candidatos com as principais reivindicações dos movimentos agroecológicos. Ela aborda o compromisso com o desenvolvimento e fortalecimento de políticas públicas em cinco eixos: Questões Agrárias e Urbanas e Direitos Territoriais, Enfrentamento da Fome e Promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, Ciência Crítica e Cidadã, Educação Pública de Qualidade e Democratização da Comunicação e da Cultura. A Carta da ANA e a lista de candidatas que se comprometeram com sua implementação podem ser consultadas no site: (<https://agroecologia.org.br/agroecologia-nas-eleicoes/>).

Como saber se sua candidata tem propostas ao fortalecimento da Agroecologia?

Além da adesão à carta da ANA, as candidatas podem colocar as propostas sobre agroecologia em seus Planos de Governo. O plano de governo é o compromisso da candidata com a eleitora, ele é público e tem de ser entregue no momento do registro da candidatura. Assim, para saber se sua candidata tem propostas para a agroecologia basta buscar em seu Plano de Governo publicado no site da candidata ou solicitar aos partidos o acesso ao mesmo. Alguns dos Planos são elaborados de forma colaborativa e você pode sugerir temas para serem inseridos neles. (Prossegue na página 2)

Alice Freire





Alice Freire

(Parte final da Capa)

Como os representantes eleitos contribuem com as políticas públicas?

Políticas públicas dependem de normas que as criem e também de orçamento para sua execução. As políticas públicas sempre devem ser elaboradas com base na legislação, sejam em leis federais, estaduais e municipais ou mesmo na Constituição Federal. Essas leis são propostas pelas deputadas, vereadoras e senadoras (poder legislativo) e algumas também pelas governantes (poder executivo) para então serem implementadas pelos governos.

As leis orçamentárias determinam como o dinheiro público será investido e quais os setores serão prioritários. Estas são propostas pelos governos (federal, estadual ou municipal) e aprovadas pelas parlamentares. As vereadoras aprovam as leis orçamentárias municipais, as deputadas estaduais as leis estaduais e as federais são aprovadas pelas deputadas federais e senadoras. Por isso é tão importante eleger candidatas que representem as pautas que você acredita e entende como prioritárias, pois, mesmo que as áreas tenham políticas públicas já existentes e previstas em leis, elas podem não receber recursos suficientes para sua execução.

Quais as funções de cada representante eleito?

Governadora: a Governadora do estado gerencia a administração estadual, colocando em prática planos para estimular a vocação econômica estadual. A participação popular e da sociedade civil organizada tem um aspecto muito importante aqui: indicar a vocação agroecológica das diversas regiões dos estados. A agroecologia nos oferece diversas ferramentas para o desenvolvimento sustentável, tanto em áreas urbanas e periurbanas quanto em áreas rurais.

Presidenta: comanda o poder executivo, que tem como principal função administrar os interesses públicos, de acordo com a Constituição Federal. Entre as tarefas da Presidenta

da República está a nomeação de ministras para compor o governo, a elaboração e administração da política econômica e a aplicação das leis aprovadas pelo Congresso Nacional. Ela também pode editar medidas provisórias em caráter de urgência e enviar projetos de lei para serem votados pelas deputadas federais e senadoras, assim como rejeitar total ou parcialmente as propostas do Congresso.

Deputada Estadual: é função desta parlamentar apresentar projetos de lei, de decreto legislativo, de resolução, e proposta de emenda à Constituição Estadual e avaliar aqueles encaminhados por outras integrantes e instâncias. A deputada estadual também emite pareceres nas diversas comissões técnicas, sobre projetos e demais assuntos que cabem ao legislativo. Para cumprir seu trabalho, deve ouvir a opinião de grupos organizados que reivindicam a colocação de temas específicos em pauta. É aí que entra nossa oportunidade: levar a agroecologia para essa pauta!

Deputada Federal: as Deputadas e Senadoras discutem e votam o orçamento da União, assim como fiscalizam a aplicação adequada dos recursos públicos. É durante a análise da proposta orçamentária que elas apresentam emendas que destinam verbas para obras específicas em seus estados e municípios. É importante que a sociedade civil esteja organizada para solicitar recursos e fazer propostas de orçamento para a agenda agroecológica!

Autoras: Kenia Cristina Barbosa Silva e Maíra Formis de Oliveira são especialistas ambientais e biólogas, trabalham na Coordenadoria de Assistência Técnica e Extensão Rural - CATI de Ubatuba e são membros da Câmara Técnica de Agroecologia e SAFs do CBH-Litoral Norte.

(Footnotes)¹ Esse texto utiliza o feminino como gênero neutro representativo, considerem-se contemplados todos os gêneros.



Lisa Yázigi

Edina Maria Berto Ferreira e sua filha Mônica Berto Ferreira, na Feira Livre Praça BIP, Ubatuba



Silas Barsotti Barrozo

Antônia Botelho Pereira - Agricultora Familiar - Jaraguá, São Sebastião.

Mulheres que Semeiam

Por Mônica de Toledo e Silva Spegorin

O Comitê de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte celebra 25 anos de atuação em um momento crucial da vida nacional. Localizado na região de entrada dos portugueses, o território costeiro da Mata Atlântica, nunca precisou tanto combater a colonização, a exploração e a destruição de suas águas, florestas e vidas!!

Nunca na história desse lugar foi tão necessário resistir. Uma resistência à especulação imobiliária, à desordem fundiária, ao lixo no mar, à invasão das praias, à contaminação dos rios e à derrubada da floresta. Nunca foi tão necessário defender o avanço da boiada que pisoteia consciências, desmonta o Estado, destrói as conquistas históricas pela defesa da natureza que precisa ser preservada e vista como patrimônio e não mais como recurso a ser explorado.

Nunca foi tão evidente a importância dos povos originários, das comunidades tradicionais demonstrarem que suas vidas importam, que suas tradições são valorosas, que seu modo de viver pode reeducar o planeta e nos salvar do colapso planetário.

Nesse contexto local e global, nos deparamos com a necessidade de evidenciar o papel das mulheres no território do litoral norte e de exigir respeito pela sua luta e pelos seus direitos, tão aviltados por ações e discursos misóginos presentes na atualidade.

A 9ª. edição do Roça Caiçara traz histórias de mulheres que semeiam, acima de tudo, afetos!! Afetos pela terra, pelas águas, pelas pessoas que cuidamos e por esse território que simboliza vida, nascimento, potência e abundância! São as mulheres nas câmaras técnicas do comitê, na secretaria exe-

cutiva, nos projetos FEHIDRO, no funcionalismo público, nos institutos de pesquisa e fomento e, principalmente, na perseverante e contínua tarefa de educação ambiental e da agroecologia, que trabalham para a construção de mundo justo, com equidade, com alegria, com inclusão e com direito à vida direcionada ao bem-comum. Mulheres que vem dando voz e forma à Agroecologia no Comitê de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte, de forma competente.

São mulheres que atuam com consciência de classe, militantes de uma posição feminista, sempre necessária para construir uma sociedade que abandone o patriarcado e os privilégios de poucos. Mulheres que não aceitam mais a submissão ao capital que destrói vidas. Que repudiam a existência de uma população subalterna em qualquer espaço que operam e que lutam para trazer a possibilidade de um país altivo, digno e com esperança de um futuro sustentável para todes.

Parafraseando Sonia Guajajara, liderança indígena que inspira a todas nós, devemos nesse momento histórico, romper com a atual visão de **desenvolvimento** que **destrói**, **desmata**, **desampara** e caminhar para o **envolvimento** que acolhe, produz, semeia e frutifica.

Nossa gratidão a todas as pessoas que fazem parte desses 25 anos de dedicação ao fazer coletivo e de celebração à vida sempre presente nas ações do CBH-LN!! Que as próximas eleições em todo país tragam renovação, transformação e esperança que alimentem o nosso eterno caminhar. Boa leitura!

Mônica de Toledo e Silva Spegorin: Geógrafa e educadora, é vice-presidente, do Comitê de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte (CBH-LN), representante da sociedade civil.

A luta das mulheres camponesas por alimentação, territórios e direitos



Por Fernanda Folster de Paula

Na Praia Vermelha (Baía de Castelhanos, Ilhabela-SP), uma mulher conhecida como Dona Alaíde coloca em prática os conhecimentos caízaras passados por gerações para fazer roças. Nelas, Alaíde planta feijão, milho e mandioca, sendo esta última a que serve de base para a farinha que ela produz para sua alimentação e de sua família.

Além de produzir alimentos e dar continuidade às práticas culturais ancestrais, as roças plantadas por Alaíde, e também por outras mulheres de Castelhanos, demarcam territórios de uso da comunidade, e são uma prática de enfrentamento à especulação imobiliária e grilagem de terras, ao ambientalismo conservacionista, e ao agronegócio - que propaga hegemonicamente um modo de produção fundamentado no uso de insumos químicos, sementes transgênicas e em uma visão produtivista do que é a terra.

Felizmente, as mulheres de Castelhanos não são as únicas nesse enfrentamento. Ao menos desde os anos de 1980, mulheres agricultoras em diversos lugares do Brasil se unem para disputar terra e direitos. Resultado dessa união de mulheres, por exemplo, foi a criação, em 1981, do Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), no oeste do Estado de Santa Catarina.

Inicialmente, as ativistas do movimento se organizaram para reivindicar direitos, como saúde pública de qualidade, aposentadoria rural e salário maternidade. Conforme esses direitos foram regulamentados (os dois últimos em 1991 e 1992, respectivamente), elas questionaram o tipo de produção rural que queriam, pactuando a reivindicação de uma produção saudável, sem uso de agrotóxicos e com sementes crioulas.

A luta por uma produção rural saudável estava fundamentada também no fato de que as mulheres, em sua grande maioria, eram responsáveis pelos trabalhos domésticos e de cuidado nas famílias, o que trazia de modo mais acentuado a preocupação com a saúde familiar. Isso tudo foi levando-as a conhecer e pautar, ainda na década de 1990, uma proposta de produção agroecológica para o campo, retomando conhecimentos ancestrais de cuidado com a terra. Em informativos ainda dessa década, as mulheres circulavam receitas agroecológicas para o controle de pragas e fertilização do solo, por exemplo.

Em diálogo com o pensamento feminista, aos poucos o MMA foi desnaturalizando a ideia de que o trabalho doméstico e de cuidado eram apenas de mulheres, mas reteve a preocupação com uma organização da vida que fosse saudável para toda a família e para a natureza. Assim nasceu a proposta de um projeto de produção camponesa e feminista. Camponesa pois politicamente orientado, preocupado em primeiro lugar com a alimentação saudável, com a soberania alimentar, e rejeitando o modo de produção do agronegócio pautado na produção de lucros. E feminista pois busca, antes de mais nada, a libertação das mulheres, a defesa da vida autônoma, sem violência e opressão patriarcal. A produção rural agroecológica foi entendida como o fundamento de uma vida autônoma, na medida em que permite às mulheres um trabalho digno, sem patrões, culturalmente enraizado, e que possibilita acesso à renda, corroborando para a autonomia financeira.



Agricultoras caiçaras Alaíde Rafael de Souza e Lucimara de Souza Romão, Roça de Mandioca - Ilhabela (SP)

Em 2004, o MMA uniu-se a outros movimentos de mulheres agricultoras para criar o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), um movimento de abrangência nacional. Uma das principais bandeiras de luta do MMC é que “sem feminismo, não há agroecologia”. Essa bandeira tem um duplo sentido. Em primeiro lugar, retoma a história dos ativismos no campo e o fato de que o primeiro movimento organizado que trouxe a agroecologia como bandeira, no Brasil, foi um movimento de mulheres, exatamente por estar preocupado não só com a produção, mas com a reprodução da vida (isso é, com aqueles trabalhos feitos em geral no ambiente privado, e que são essenciais para a continuidade da vida, como trabalhos domésticos e de cuidado). Foi a realização desses trabalhos, frequentemente diminuídos como “trabalhos de mulher”, o que primeiro apontou para a necessidade de uma produção saudável, realizada em harmonia com a natureza, o que contrastava com a produção preconizada pelo agronegócio, pautada em constrangimentos de tempo e

endividamento das famílias. Foi a luta das mulheres, assim, o que primeiro evidenciou a necessidade de tornar a agroecologia - já praticada secularmente pelas mulheres do campo e da floresta - um projeto de produção no mundo rural. Em segundo lugar, essa bandeira coloca foco na enorme contribuição das mulheres agricultoras também ao trabalho de produção, ao plantio de roça e criação de animais, que em geral são invisibilizados - diminuídos no termo “ajuda”. Sem esse trabalho das mulheres, que até a década de 1990, não era entendido pelo Estado como um trabalho digno de aposentadoria, certamente a produção no campo não seria tão expressiva.

Retomando dessa maneira a história da luta das mulheres no campo e nas florestas, é possível entender as roças das mulheres de Castelhanos como parte de um contexto muito mais amplo. Dona Alaíde resume e encarna a luta das mulheres camponesas por alimentação, território, direitos e saúde, feitos de acordo com os tempos e culturas dos diferentes povos e comunidades.

Fernanda Folster de Paula: Coordenadora de Campo de Projetos Redes, condicionante ambiental para exploração de Petróleo e Gás executada pelo Obaservatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS), doutoranda em sociologia na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pesquisadora do Centro de Estudos Rurais (CERES) da Unicamp.

Mulheres e a preservação das águas e florestas

Por Lucimara Marcelino



Lucimara Marcelino é bióloga, agroecóloga e educadora. Trabalha com povos tradicionais, agroflorestas, organização e autonomia de comunidades. Também vivencia saberes ancestrais na arte da contação de causos e da literatura de cordel. Contato: luamar.ubatuba@gmail.com

Salve, salve, gente linda!
Trago aqui minha saudação
Peço a licença das dinda'
Das avó' peço a benção
P'ra trazer hoje uma história
Cheia de luz e memória
Que me faz grande emoção!

É a história das mulheres
Caixas de tradição
Gente de muitos saberes
E sorriso imensidão
Cuja experiência de vida
Não cabe n'um conto espremida
Pois vem d'outra geração.

Bem dizer, essas verdades
Pedem de nós atenção:
No tempo da ancestralidade
Se vive é com o coração,
Onde costumes e alegrias
Manifestam sabedorias
Nascidas de mar e sertão.

São elas, fortalezas
Da vida em integração,
Ser humano e natureza
Juntos em cooperação,
Pois o território presente
É parte de sua gente,
Em notável conjugação.

Essa mistura é tal
Que não se tem divisão
Entre o que é espaço ou quintal
Do que é ser humanização
Na cultura caixara
Você é quem se prepara
Pra enxergar essa condição.

É aqui que a mutreta começa,
Veja só a contradição,
Nas sentenças das cabeças
A quem falta informação:
Pessoas que vem da cidade
Trazendo suas vaidades
E sua própria concepção.

No modo de ver dessas mente'
Que vem d'outras formação'
Não é o meio ambiente

Parte da combinação
Entre cultura e identidade,
Tendo o povo e a diversidade
Uma profunda ligação.

Um exemplo disso acontece
Quando essa nova visão
Acredita que conhece
A floresta e os seus padrão',
Determina mata primária
Nas roça' em pousio ou coivara
Que são cultivos em rotação.

Se analisamos de perto
Essa triste situação
Percebemos, de certo,
Que o conflito é de intenção
Pois não há melhor maneira
De tomar terra e fronteira'
Que afastando o seu guardião.

Por isso a dificuldade
Em mudar de posição
Não 'ta só na universidade,
Nem na nossa discussão,
Precisa é ter crescimento
Político e de movimento
Da sociedade em reconstrução.

Os povos tradicionais,
Nessa grande transformação,
São mesmo fundamentais
Pr'uma nova educação
Capaz de trazer pra 'sriança
Conhecimento e esperança,
Com respeito e valorização.

Nesse ponto minha aposta,
Sem medo de decepção,
Na mulherada está posta,
Com muita satisfação!
Qu'eu acredito é no divino
Que vive no feminino
E em seu poder de renovação.

A vocês, amigos e amigas,
Deixo aqui minha gratidão!
Sabemos que a luta é antiga
E não tem fácil solução
Mesmo assim seguimos na dança
Somando às mulheres, na força
D'um futuro em construção.

MULHERES NA AGROECOLOGIA

Por Juliana Sampaio Farinaci

É notória a predominância de mulheres entre as lideranças na agroecologia e restauração ecológica. Não levantei dados ou estatísticas que comprovem essa predominância, mas qualquer um que participar dos espaços de discussão e ação nessas áreas poderá perceber. Portanto, tratarei aqui como um fato que vem sendo, inclusive, assunto bem comentado nesses mesmos espaços.

São profissionais de áreas técnicas e científicas, agricultoras, empreendedoras, proprietárias de terras, compradoras de produtos da sociobiodiversidade, etc, reunidas em torno dos princípios fundamentais da agroecologia. Ou seja, preocupadas com os aspectos ambientais, socioculturais, econômicos e políticos dos nossos modos de viver e de produzir a vida.

Sabemos do desbalanço de gênero que desfavorece as mulheres em posições de liderança de empresas, hospitais, centros de pesquisa, governos, etc. Devemos continuar batalhando para mais representatividade nesses espaços. Dá-se pouca visibilidade aos espaços onde somos liderança, é necessário também olhar com atenção ao que acontece neles.

É comum que a imagem das mulheres seja associada aos valores de cuidado, paciência, fluidez. Sabemos bem que nem sempre isso é real. Digamos que, em grande parte, temos sim uma inclinação neste sentido. Não pretendo entrar na discussão de até que ponto isso ocorre por uma construção social/cultural, ou por fatores biológicos. Deixo aqui o link* de um seminário virtual da Universidade Federal de Viçosa em que participei, traz alguns dados e reflexões sobre essa questão.

Seja pela razão que for, o que quero destacar é que, de maneira geral, nós mulheres estamos mais propensas, mais bem preparadas para as tarefas que envolvem o cuidado e a paciência que se precisa ter para lidar com as ações construídas na coletividade. Isso faz muita diferença quando falamos em agroecologia, em princípios agroecológicos. E, convenhamos, o mundo está precisando de muito cuidado e paciência.

Tenho a sorte de trabalhar há pelo menos 25 anos em ambientes onde predominam as lideranças femininas. Na Akarui, organização da sociedade civil onde atuo em São Luiz do Paraitinga, também é assim. Observo a maneira como estamos criando ambientes de trabalho que priorizem as necessidades e os modos de ser e de fazer das mulheres, e que sejam acolhedores com todas as pessoas.



Gabriela Marotti, Sítio Abras de Dentro, Caraguatatuba (SP)

Fico feliz de trabalhar em espaços onde, por exemplo, ninguém fica bravo se uma colega precisar priorizar a atenção a um filho, onde podemos confessar sem medo que ‘hoje não consigo trabalhar porque minha menstruação me abateu’, onde encontro acolhimento se eu disser que minha capacidade de concentração está ruim pois hoje estou triste. E, ainda assim – ou seria justamente por causa disso? – somos capazes de cumprir metas e prazos, realizar projetos incríveis, honrar compromissos com excelência.

No entanto, percebo à minha volta mulheres esgotadas e à beira do estresse. Mulheres que dão conta de tudo, que se envolvem em mil projetos, sempre dispostas a ajudar os outros, em crise por não estarem mais conseguindo nem querendo ser supermulheres. Sinal de alerta! Nos cuidemos!

Juliana Sampaio Farinaci é bióloga, doutora em Ambiente e Sociedade.

Atua na Akarui, com circuitos agroalimentares e restauração ecológica.

Co-criadora da iniciativa Divino Alimento (www.akarui.org.br/divinoalimento) e batuqueira e brincante da cultura popular.

* XXXI SABIO - Mesa Redonda com Vera Solferini,

Juliana Sampaio Farinaci e Juliana José

<https://www.youtube.com/watch?v=iqH-muY7S9w>

Mulheres que nutrem a terra

Por Moyra Mariano

O Nutre Terra compostagem é um serviço de coleta e gestão de resíduos orgânicos que atende residências, estabelecimentos comerciais e eventos na cidade de Ubatuba. Possui quatro integrantes, dos quais três são mulheres. Surgiu da vontade de realizar algo que beneficie o ambiente e sociedade, de expandir o cuidado para além de nossas famílias, e também da necessidade de conciliar maternidade e trabalho. Após a maternidade muitas mulheres encontram dificuldade em voltar para o mercado e a própria estrutura e carga horária das vagas disponíveis não favorecem a participação feminina, especialmente das mães, nem a divisão de cuidados com os pais. Buscamos então constituir uma atividade onde há flexibilidade de horário, rede de apoio e espaço para nossas crianças.

Nossa missão é semear a compostagem na mente e coração das pessoas, reduzindo o impacto ambiental dos resíduos sólidos orgânicos. Nosso sonho é o de que a cidade inteira possa ter coleta seletiva em três categorias: recicláveis, orgânicos e rejeitos, sendo que somente o último deve ser destinado a um aterro sanitário.

Mas o que é compostagem?

É um processo de decomposição da matéria orgânica, restos de frutas ou verduras por exemplo, que se transformam até virarem um composto estável, homogêneo e sem odor. A compostagem é realizada naturalmente por microorganismos vindos da terra, principalmente fungos e



Lisa Yázigi, geógrafa, diretora do Instituto de Projetos e Pesquisas Socioambientais (IPESA)

bactérias aeróbicas, ou seja, bactérias que precisam de oxigênio para viver. O resultado final é um adubo orgânico de qualidade, que pode ser usado em hortas, vasos, recuperação de solos e etc.

Oferecemos orientação e capacitação para separação dos resíduos adequados à compostagem e realizamos a coleta desses resíduos, que são encaminhados para nossas unidades. Há duas unidades em funcionamento, ambas ainda pequeninas. Uma está localizada na terra da Edna e Pedrinho, produtores familiares orgânicos, e outra na ONG Instituto da Árvore, que também possui um viveiro de mudas nativas da Mata Atlântica. Uma porção do adubo produzido é destinada a estes parceiros, em contrapartida pelo uso do espaço, assim é usado para produção consciente de alimento ou produção de mudas para reflorestamento, duas atividades essenciais pensando em sustentabilidade.

Também oferecemos consultoria para quem quer realizar a compostagem em casa ou no seu estabelecimento, sendo possível incluir a montagem da estrutura e acompanhamento da compostagem. Realizamos palestras, lives, oficinas para disseminar essa técnica tão simples e tão necessária!

Projeto Nutre a Terra

Compostagem

https://www.instagram.com/nutreterra_compostagem/

Email: ubatubanutreterra@gmail.com

Fone: 12 981754598

Fotos: Célia Surita



Nas fotos acima, visita da CT Agroecologia e Sistemas Agroflorestais (CBH-LN), em umas das unidades de Compostagem de Nutre Terra e área de produção agroecológica do casal Edina e Pedrinho e seus familiares, Estufa II, Ubatuba (SP)



*Edina Maria Berto Ferreira -
Agricultora familiar- Estufa II, Ubatuba*



Terra Indígena Guarani Ribeirão Silveira
Boraceia - São Sebastião | Bertioga (SP)
Foto: Silas Barsotti Barrozo

CBH-LN 25 ANOS

A potência Feminina

Por Jociani Debeni



O Comitê de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte (CBH-LN) é o colegiado responsável pela gestão das águas no Litoral Norte do Estado de São Paulo. Em 2 de agosto de 2022, o CBH-LN completou 25 anos de trabalho essencial à região. Além de outras ações realizadas, foram aprovados 190 projetos na área de gestão de recursos hídricos e meio ambiente, com um investimento de R\$ 76 milhões.

Durante todos esses anos, tivemos a participação de muitos representantes da sociedade civil, prefeituras e órgãos estaduais que dedicaram esforços voltados à conservação e recuperação dos recursos hídricos da região. O CBH-LN sempre foi espaço de diálogo participativo e democrático, no fomento, avanço e fortalecimento de diversos assuntos importantes a este território.

O CBH-LN é formado por muitas mãos. É impossível homenagear apenas alguns membros. Um fato inédito se refere a atual diretoria deste comitê composta por três mulheres - presidência (Flavia Pascoal, prefeita de Ubatuba), vice-presidência (Mônica de Toledo e Silva Spegiorin, representante da sociedade civil) e secretária executiva (Jociani Debeni). Essa edição de Roça Caiçara, produzido destaca algumas mulheres que passaram e que ainda estão neste colegiado, com trabalho e dedicação, homenagem extensiva a todas as demais que participaram do CBH-LN nesses 25 anos.

Hoje, como membra benemérita, Denise Maria Elisabeth Formaggia, Engenheira civil com especialização em engenharia de saúde pública pela USP. Trabalhou na Secretaria

de Estado da Saúde de SP de 1983 a 2011 e participa do CBH desde a sua instituição. Coordenadora da Câmara Técnica de Saneamento durante mais de 15 anos, Denise ainda participa e contribui nas discussões do CBH-LN, como grande referência nos assuntos de saúde, saneamento e qualidade de águas, além de produzir boletim semanal de informações afetas a estes temas.

Entre os membros que participaram da fundação do CBH-LN e ainda permanecem atuantes, colaborando nas ações e discussões do CBH-LN, além de estar na coordenação do Grupo Setorial do Gerenciamento Costeiro do Litoral Norte, temos nossa atual Coordenadora da Câmara Técnica de Planejamento e Assuntos Institucionais, Rosa Maria Mancini, representante pela Coordenadoria de Planejamento Ambiental da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Já esteve como Secretária Executiva do CBH-LN entre 2000 a 2007 e, posteriormente, foi Coordenadora de Recursos Hídricos pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Ainda como Secretária Executiva, Rosa contou com a parceria de Vilma Campana, a presença da sociedade civil.

Destacamos ainda, a especialista ambiental Iara Bueno Giacomini, que atuou no CBH-LN entre 2013 e 2017 e, atualmente, é Coordenadora de Recursos Hídricos, da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, resultado de sua competência, coragem e engajamento.

As mulheres, que por aqui passaram nesses 25 anos e que aqui estão, trazem contribuições muito significativas em todas as câmaras técnicas do Comitê, atuando na agroecologia, no saneamento e na educação ambiental, com base em suas competências e seus dons de propagar a esperança e o cuidado com o bem comum. Será essa a marca e esperança permanentes para os próximos anos do Comitê de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte!

Jociani Debeni é bióloga, especialista em gestão ambiental e secretária executiva do CBH-LN

Agenda de reuniões do CBH-LN

As reuniões mensais das Câmaras Técnicas do CBH-LN ocorrem por sessões remotas e presenciais.: **Câmara Técnica de Planejamento e Assuntos Institucionais (CT-PAI)**: terceira 3^{as} feira do mês, das 9 às 12h; **Câmara Técnica de Saneamento (CT-SAN)**: primeira 4^a feira de cada mês, das 9 às 12h; **Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA)**: segunda 4^a feira de cada mês, a partir das 13h30; **Câmara Técnica de Agroecologia e Sistemas Agroflorestais (CT-AgroSafs)**: segunda 3^a feira de cada mês, das 9 às 12h. As agendas são excepcionalmente ajustadas quando coincidem com feriados.

Veja o calendário em: <https://cbhln.com.br/agenda-de-atividades>



Denise Maria Elisabeth Formaggia

Arquivo



Iara Bueno Giacomini

Arquivo



Rosa Maria Mancini

Arquivo



ANGELICA SOUZA
Mestra Caiçara de
São Sebastião (SP)



Arquivo: Angelica Souza

AZUL MARINHO

Serve de 4 a 6 pessoas

Ingredientes

1 a 1,5 kg de peixe fresco da época (sororoca, carapau, xaréu ou anchova) cortado em postas
6 bananas nanicas verdes higienizadas com casca
1 pimentão verde picado
1 cebola pequena picada
3 dentes de alho esmagados
Suco de 1 limão
2 tomates picados
1 pimenta dedo de moça sem sementes
Sal, salsinha, cebolinha, coentro, alfavaca a gosto.

Modo de preparo

1- Tempere o peixe com limão e sal
2- Em uma panela de ferro, use o óleo e doure cebola, alho e o tomate. Assim que murchar, adicione água quente, as bananas verdes e os temperos
3- Cozidas as bananas, acrescente o peixe. Ao final, tire as cascas das bananas e corrija o sal.
4- Para fazer pirão com o caldo, descasque a banana cozida, amasse adicione farinha de mandioca, leve ao fogo e mexa até o pirão ficar bem encorpado, ou faça direto no prato, misturando a farinha com a banana cozida amassada e o caldo.

Instagram do Peixe de Varal:

<https://www.instagram.com/peixedevaral/>

EXPEDIENTE

Roça Caiçara - Informativo
Comitê de Bacias Hidrográficas do
Litoral Norte (CBH-LN)

Flavia Pascoal
Presidente do CBH-LN
Mônica de Toledo e Silva Spejorin
Vice-presidente
Jociani Debeni
Secretária Executiva

Rua Dona Maria Alves, 926,
Centro-Ubatuba (SP)
(12) 3833-9702 - cbhlnorte@gmail.com

Edição 9 (Setembro - 2022)

Coordenação

Cleide Azevedo (ITESP- GTC -Ubatuba)

Apoio: Suzana Lourenço, engenheira florestal e
Silas Barsotti Barrozo, especialista ambiental –
CATI/Casa de Agricultura - São Sebastião | Ilhabela
Editoração: Nívia Alencar - MTB 21.218 e
Frank Constância MTB 28.786
nscomunicacao.agencia@gmail.com
Fone: (12) 99144-2749

